



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862



Ano CLII Nº 20-A

Brasília - DF, sexta-feira, 29 de janeiro de 2016

Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Executivo.....	1
Poder Judiciário.....	1

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.656, DE 29 DE JANEIRO DE 2016

Exclui produtos do regime tributário de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e altera o Decreto nº 7.555, de 19 de agosto de 2011.

A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos incisos I e II do **caput** do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971, e na alínea "b" do § 2º do art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989,

DECRETA :

Art. 1º Ficam excluídos do regime tributário de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, os seguintes produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011:

I - chocolates classificados nos códigos 1704.90.10 e 1806.90.00 (exceto o Ex 01) e nas subposições 1806.31 e 1806.32;

II - sorvetes classificados na subposição 2105.00, que se enquadrem como sorvetes de massa ou cremosos ou como sorvetes especiais; e

III - fumo picado, desfiado, migado ou em pó, não destinado a cachimbos, e o fumo em corda ou em rolo, classificados no código 2403.1.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0107

Parágrafo único. Os produtos constantes dos incisos do **caput** passam a sujeitar-se à base de cálculo que lhes é atribuída nas regras gerais da legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e à alíquota prevista na Tipi.

Art. 2º Ficam suprimidas as Notas Complementares NC (17-1), NC (18-1), NC (21-2) e NC (24-1) da Tipi.

Art. 3º Fica criado na Tipi o desdobramento na descrição do código de classificação relacionado no Anexo I, efetuado sob a forma de destaque "Ex 01", observada a respectiva alíquota.

Art. 4º A Tipi passa a vigorar com a alteração no destaque "Ex 01" do código relacionado no Anexo II, mantida a alíquota vigente.

Art. 5º A ementa do Decreto nº 7.555, de 19 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Regulamenta os arts. 14 a 20 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que dispõem sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, no mercado interno e na importação, relativo aos cigarros classificados no código 2402.20.00 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - Tipi, e dá outras providências." (NR)

Art. 6º O preâmbulo do Decreto nº 7.555, de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do **caput** do art. 84 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 14 a 20 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e no art. 6º da Lei nº 12.402, de 2 de maio de 2011,

DECRETA :"

Art. 7º Os arts. 5º e 7º do Decreto nº 7.555, de 2011, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º

VIGÊNCIA	ALÍQUOTAS		
	AD VALOREM	ESPECÍFICA	
		MAÇO	BOX
01/12/2011 a 30/04/2012	0%	R\$ 0,80	R\$ 1,15
01/05/2012 a 31/12/2012	40,0%	R\$ 0,90	R\$ 1,20
01/01/2013 a 31/12/2013	47,0%	R\$ 1,05	R\$ 1,25
01/01/2014 a 31/12/2014	54,0%	R\$ 1,20	R\$ 1,30
01/01/2015 a 30/04/2016	60,0%	R\$ 1,30	R\$ 1,30
01/05/2016 a 30/11/2016	63,3%	R\$ 1,40	R\$ 1,40
A partir de 01/12/2016	66,7%	R\$ 1,50	R\$ 1,50

§ 1º

II - a alíquota específica deverá ser utilizada independentemente do tipo de embalagem, maço ou rígida, das carteiras de cigarros.

....." (NR)

"Art. 7º

VIGÊNCIA	VALOR POR VINTENA
01/05/2012 a 31/12/2012	R\$ 3,00
01/01/2013 a 31/12/2013	R\$ 3,50
01/01/2014 a 31/12/2014	R\$ 4,00
01/01/2015 a 30/04/2016	R\$ 4,50
A partir de 01/05/2016	R\$ 5,00

....." (NR)

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - a partir da data de sua publicação, em relação aos arts. 5º e 6º; e

II - a partir de 1º de maio de 2016, em relação aos demais artigos.

Brasília, 29 de janeiro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Barbosa

ANEXO I

CÓDIGO Tipi	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA (%)
2309.10.00	Ex 01- Preparações destinadas a fornecer aos cães e gatos a totalidade dos elementos nutritivos necessários para uma alimentação diária racional e equilibrada (alimentos compostos completos)	10

ANEXO II

CÓDIGO Tipi	DESCRIÇÃO
2309.90.90	Ex 01- Preparações destinadas a fornecer aos cães e gatos a totalidade dos elementos nutritivos necessários para uma alimentação diária racional e equilibrada (alimentos compostos completos)

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PORTARIA Nº 22, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, na forma do anexo a presente Portaria, relativo ao 3º quadrimestre do exercício 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. SEBASTIÃO COSTA FILHO

ANEXO

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO		
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO/2015		
RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADA Nota 1	
	Últimos 12 Meses	
	LIQUIDADAS (a)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) Nota 2		
Pessoal Ativo	74.251.996,10	387.241,64
Pessoal Inativo e Pensionistas	65.862.556,95	387.241,64
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	8.389.439,15	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	8.037.483,16	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	37.699,82	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.999.783,34	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	66.214.512,94	387.241,64
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) Nota 3	674.522.742.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	66.601.754,58	0,009874%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) Nota 4	112.200.112,90	0,016634%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	106.588.083,69	0,015802%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	100.982.799,70	0,014971%

Notas:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do Art. 63 da Lei 4.320/64.
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do Art. 35 da Lei 4.320/64.
2 - As despesas com auxílios natalidade e funeral não foram consideradas, conforme recomendação do Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF.
3 - Valor referente à Portaria STN nº 20 de 18/01/2016 (DOU de 20/01/2016).
4 - Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO		
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO/2015		
RGF - Anexo 6 (LRF, Art. 48)		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	674.522.742.000,00	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	66.601.754,58	0,009874%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	112.200.112,90	0,016634%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	106.588.083,69	0,015802%
RESTOS A PAGAR	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício)
Valor Total	4.422.463,60	4.423.100,90

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO								
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS								
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL								
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR								
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL								
JANEIRO A DEZEMBRO/2015								
RGF - Anexo 5 (LRF, Art. 55, III, "a" e "b")		R\$ 1,00						
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Disp.de Caixa Bruta (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			Disp.de Cx.Liq. (antes da Insc. em RP Não Proc. do exerc.) (f)=(a-(b+c+d+e))	RP Emp. e Não Liq. do Exerc.	Emp.não Liq.Canc. (não ins-cr.por insuf. financ.)	
		RP Liquidados e Não Pagos		RP Emp. e Não Liq. de Exerc. Ant. (d)				Demais Obrig.Financ. (e)
		De Exer.Ant. (b)	Do Exerc. (c)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)								
0151 - Pagamento de Pessoal								
0153 - COFINS - exercício corrente								
0156 - Cont. para o PSSS								
0169 - Cont. para o PSSS								
0174 - Taxas pelo Exerc. do Poder de Polícia								
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	5.201.182,55	23.109,02	366.290,51	389.319,42	(637,30)	4.423.100,90	4.422.463,60	
0100 - Recursos Ordinários	5.201.182,55	23.109,02	366.290,51	389.319,42	(637,30)	4.423.100,90	4.422.463,60	

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

JOSÉ VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPrensa NACIONAL**

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2

Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3

Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

<http://www.in.gov.br> ou ouvidoria@in.gov.br

SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF

CNPJ: 04196645/0001-00

Fone: 0800 725 6787

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção



0127 - Custas e emolumentos								
0150 - Recursos não-financeiros diretamente arrecadados								
0190 - Recursos Diversos								
0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. e Priv. Nac								
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores								
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores								
TOTAL (III) = (I + II)	5.201.182,55	23.109,02	366.290,51	389.319,42	(637,30)	4.423.100,90	4.422.463,60	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹								

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE - SCON/COFIN/TRE-AL - Emitido em 25/jan/2016 às 13:00 horas.

¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

1. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de Restos a pagar autorizado no montante de R\$ 4.711.189,38.
2. O valor negativo de R\$ 637,30, na coluna "Demais Obrigações Financeiras", fonte 0100, refere-se a desequilíbrio na equação de auditor 299 - Passivo Orçamentário x Execução Orçamentária da transação CONDESAUD do Siafi Web, conforme item 3.5.3 da Macrofunção 021301 do Manual Siafi. O desequilíbrio será regularizado durante o exercício de 2016.

ESMERALDO DE LUCENA ANTUNES
Gestor Financeiro

GIANE DUARTE COELHO MOURA
Coordenador de Controle Interno

MARIA CELINA BRAVO
Diretora-Geral

Des. SEBASTIÃO COSTA FILHO
Presidente do Tribunal

De acordo.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 4, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

Publica o Relatório de Gestão Fiscal do TRE-DF de janeiro a dezembro de 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de janeiro a dezembro de 2015, anexo a esta Portaria.

Des. CRUZ MACEDO
Em exercício

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		R\$ 1,00
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS ¹ (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			
Pessoal Ativo	63.158.240,87		1.040.031,13
Pessoal Inativo e Pensionistas	47.948.751,05		803.128,95
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	15.209.489,82		236.902,18
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	-	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	14.583.828,75		423.819,38
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	23.828,75		423.819,38
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	14.560.000,00		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	48.574.412,12		616.211,75
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
	VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.000,00	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	49.190.623,87	0,007293	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	158.937.793,70	0,023563	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	150.991.915,80	0,022385	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	143.046.037,90	0,021207	

FONTE: Sistema SIAFI, CORF/SÃO/TRE-DF, Data da emissão 25/jan/2016 às 17h e 00m.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 20, de 18/1/2016.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1.00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		Restos A Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	149.944,19	-	-	149.944,19	-	-	-	
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-	
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	103.630,63	-	-	103.630,63	-	-	-	
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	46.313,56	-	-	46.313,56	-	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	7.650.927,64	-	8.401,84	2.467.390,68	-	5.175.135,12	5.175.135,12	
0100 - Recursos Ordinários	7.377.076,95	-	8.401,84	2.462.947,11	-	4.905.728,00	4.905.728,00	
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	273.850,69	-	-	4.443,57	-	269.407,12	269.407,12	
0150 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-	-	
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-	-	
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	
0350 - Recursos Não-Fin. Diret. Arrec - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I + II)	7.800.871,83	-	8.401,84	2.617.334,87	-	5.175.135,12	5.175.135,12	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	149.944,19	-	-	149.944,19	-	-	-	

FONTE: Sistema SIAFI, CORF/SÃO/TRE-DF, Data da emissão 25/jan/2016 às 17h e 00m.

¹A Disponibilidade de Caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R\$ 4.992.120,81.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1.00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		674.522.742.000,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	49.190.623,87	0,007293
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	158.937.793,70	0,023563
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	150.991.915,80	0,022385
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	5.175.135,12	5.175.135,12

FONTE: Sistema SIAFI, CORF/SÃO/TRE-DF, Data da emissão 25/jan/2016 às 17h e 00m.

ARTHUR CEZAR DA SILVA JÚNIOR
 Diretora-Geral

KLISSIA FREIRE DA SILVA
 Gestora Financeira

ROSINETE GONÇALVES DE MENDONÇA
 Coordenadora de Controle Interno
 Substituta

Des. CRUZ MACEDO
 Presidente do Tribunal
 Em exercício